

EDUCAÇÃO DO CAMPO: ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA PROPOSTA

Karina Hiane Cassol (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL –
karinahcassol@hotmail.com)

Categoria da apresentação: oral

Resumo:

A intenção desta pesquisa é aprofundar o entendimento do contexto histórico em que se iniciou as propostas de Educação do Campo no Brasil, tendo como objetivo apontar os avanços e as contradições presentes nestas propostas desde sua fundamentação teórica até seus desdobramentos políticos, especialmente depois de sua institucionalização. Nossa hipótese é de que a institucionalização da proposta da Educação do Campo a colocou a reboque do Estado, tirando dela seu caráter de resistência e aprofundando seu caráter conservador. O que nos permite levantar tal hipótese, é nossa concepção teórica de que o Estado não é neutro, mas o comitê de uma classe para dominar a outra, no caso do Estado brasileiro, o comitê da grande burguesia e dos latifundiários para dominar a classe operária e camponesa.

Palavras-chave: Questão agrária, Estado, educação, movimento social

Introdução

A história da educação brasileira, tomando como marco histórico a invasão portuguesa no século XVI, sempre esteve sob o domínio de uma classe, que definia os rumos da educação de acordo com seus interesses. No início, como todos os dirigentes da colônia vinham de Portugal, não havia necessidade de investir em educação na colônia. Os filhos da nobreza, senhores de terras, que aqui viviam, tinham professores particulares e se quisessem continuar os estudos, eram mandados de volta para Portugal.

A vinda da família real para o Brasil, em 1808 deu impulso à criação de algumas escolas para atender aos filhos desta classe. Com a “independência”, em 1822, cria-se a necessidade de formar administradores do Estado brasileiro, somente então é que a preocupação com educação passará a ocupar espaço de destaque na pauta do governo, na época um monarca, inclusive a educação superior. “A escola, representada sobretudo pelas novas Faculdades de Direito, criadas na década de 1820 (...), passou a desempenhar o papel de fornecedora do pessoal qualificado para essas funções” (ROMANELLI, 2003, P. 39). Vemos então que desde sua origem a educação brasileira se colocou como serviçal da classe dominante para a administração do Estado.

Novamente esta questão pode ser historicamente comprovada ao retomarmos a chamada Era Vargas, 1930-1945, neste período a educação brasileira teve outro processo marcado por “reformas educacionais mais modernas”. Diante da intencionalidade deste governo desenvolver a indústria no Brasil, houve todo um reordenamento das políticas educacionais para que estas dessem conta de formar pessoas com o novo perfil econômico vislumbrado pelo governo. Veremos então neste período o desenvolvimento de um ensino, técnico profissionalizante, cuja finalidade era formar mão de obra especializada para o novo modelo econômico.



No período da ditadura militar de 1964 a 1985, teremos uma formação técnica voltada exclusivamente ao mercado, retirando cursos e disciplinas do campo das ciências sociais. Neste mesmo período tivemos o êxodo rural, (esvaziamento do campo, e um “inchaço” das cidades), ocorrido devido a uma grande ilusão de ofertas de empregos. Com a chamada “redemocratização”, ocorrida nos anos de 1980 e a reorganização de sindicatos e movimentos sociais, o problema da terra ganha novamente espaço no cenário político brasileiro. Nos anos de 1980 e 1990, após a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), milhares de famílias retornam ao campo através de ocupações de latifúndios, obrigando o Estado a distribuir algumas áreas aos camponeses pobres sem-terra. É neste contexto que começa o debate sobre a educação do campo.

Revisão de literatura

O surgimento da Educação do Campo perpassa em um momento histórico de constantes lutas dos povos camponeses que extrapolam a questão meramente educacional. O avanço de algumas políticas públicas para o campo brasileiro implementadas a partir dos anos de 1990 influenciará diretamente na linha teórica dos movimentos sociais. Isto fez-se necessário para que este grupo social, os assentados pudessem acessar tais políticas, principalmente financiamentos. Oliveira ressalta que a própria categoria de análise camponeses, sofre uma transformação, passando a agricultura familiar. “Essa categoria foi apropriada tanto por parte do Estado e das agências públicas de desenvolvimento, quanto pelos movimentos sociais do campo, que representam os agricultores” (OLIVEIRA, 2008, p. 178). Na mesma direção caminha a Educação do Campo, que carece se adequar às linhas teóricas das políticas públicas para poder acessar tais políticas para a educação.

Não negamos a pressão dos movimentos sociais e sua importância para a implementação da Educação do Campo, pois, esse debate surge pela necessidade dos próprios camponeses de se ter uma, levando em consideração a sua realidade. Neste contexto, é que ocorrerá, em 1994, na cidade de Belo Horizonte, MG, o 1º Encontro da Educação do Campo, organizado pelo MST. Por outro lado não podemos deixar de ressaltar que o Estado soube como incorporar tal reivindicação sem lhe causar nenhum transtorno, enquanto representante da classe dominante burguesa-latifundiária.

Embora o MST, por ser o maior e mais organizado movimento camponês, tenha hegemonizado a proposta, pensamos não ser unanimidade, a linha teórica que a Educação do Campo tinha em seu início. Por isto achamos pertinente analisar como se deu o processo de institucionalização da Educação do Campo, fazendo com que o Estado que não deixou de ser burguês-latifundiário, “apoiasse” esse movimento chamado Educação do Campo. Um dos principais intelectuais que militou desde o início neste Movimento, já aponta a importância da sua contextualização histórica. De acordo com Arroyo, é preciso “apresentar uma leitura relacional e globalizada das bases históricas e conjunturais que influenciaram o início de uma nova postura e/ ou entendimento do Estado Brasileiro sobre o direito das populações camponesas à educação. (ARROYO, 2006, p. 179).

Conforme afirma Arroyo, é preciso entender suas bases históricas, o que estava acontecendo no campo brasileiro neste momento em nosso país. Cabe ressaltar que nesta época, entre os anos de 1994 a 1998, temos um dos maiores movimentos de luta pela terra em nosso país, na qual houve grandes conflitos



agrários, e, por isso, em consequência da luta organizada do povo, também houve muitas conquistas de assentamentos e posse da terras. Para Caldart isto está diretamente ligado à questão educacional, pois, “(...) é fundamental considerar para compreensão da constituição histórica da Educação do campo o seu vínculo de origem com as lutas por educação nas áreas de reforma agrária (...)”. Afirma também a mesma autora que a Educação do Campo já surge como proposição e não apenas como contestação, ou seja, “já surgiu com contraponto de práticas, construção de alternativas, de políticas, ou seja, como crítica projetiva de transformações”. (CALDART, 2009, p. 39). Aqui vemos uma contradição importante de ser aprofundada e que pretendemos fazê-lo em nosso trabalho. Podemos colocá-la da seguinte forma: se a educação do campo, nasce como proposição de política pública ao Estado burguês-latifundiário, cujo objetivo não é a transformação social, como foi possível colocá-la dentro do Estado sem transformar o Estado?

Pensamos que nesta questão reside nosso problema central, ou seja, colocar a educação do campo como espaço importante para dar suporte a luta pela terra ou submeter à luta pela terra à educação campo. Em nosso entendimento a educação do campo precisa se submeter à luta pela terra, pois sem o fim do latifúndio não haverá gente no campo, e sem gente no campo não haverá Educação do Campo. Por isso a importância do resgate histórico do surgimento da Educação do Campo, percebendo a luta de classes da qual ela ficou ofuscada a partir de sua institucionalização.

Foi por volta de 2002 à 2003 que a Educação do Campo se institucionaliza e passa a fazer parte do Estado. Os primeiros cursos superiores de licenciatura em educação do campo foram implementados, e com isto também um novo formato, destacando-se a formação interdisciplinar por grande área de conhecimento. Embora apresentado com algo novo e avançado, rompendo com o modelo burguês da ciência, na prática não foge dos interesses do imperialismo. O contrário do que parece, este modelo de educação, assumido pelo Movimento por uma Educação do Campo, cumpre papel fundamental para os interesses do capitalismo. Segundo Souza “no campo não se deseja analfabetos, mas uma escolaridade mínima que prepare os camponeses para a adaptação às novas tecnologias da produção. (SOUZA, 2014, p.157). O curso por grande área de conhecimento e interdisciplinar cumpre esta função na medida em que em um único curso forma professores para trabalhar até 5 disciplinas, economizando mão de obra e, ao mesmo tempo, proporciona uma formação superficial, sem aprofundamento teórico.

Resultados e discussão

A questão da educação do campo não é algo finalizado que está pronto, ao contrário é um processo que está em constante disputa, pois há inúmeras linhas teóricas que estão em permanente movimento. Estas linhas teóricas foram suplantadas pela linha institucional, vinculada aos interesses do Estado que assim que não lhe for mais viável certamente não a admitirá mais.

Embora haja um formato institucional para se enquadrar o que é Educação do Campo, defendemos a tese de que o que define a Educação do Campo não é a forma, mas o conteúdo. Debater o problema da terra no Brasil, da concentração do latifúndio e da dominação imperialista sobre a produção é, a nosso ver o que mais caracteriza a Educação do Campo.

Sendo assim, pode ser que aquilo que hoje é hegemonicamente apresentado como educação do campo, por movimentos sociais e pelo Estado brasileiro, através



de suas diretrizes, na realidade seja para impedir uma verdadeira Educação do Campo de viés classista, cuja centralidade não são as políticas públicas mas a destruição do latifúndio.

Conclusão

Constatamos e defendemos a necessidade de escolas no campo, mas somos críticos ao modelo e à metodologia que empobrece o conteúdo científico para se adequar ao Estado e conseguir suas benesses. Defendemos a organização dos camponeses e a luta de classes como centro e não as políticas públicas, pois estas embora sejam consequências da luta, podem desembocar em um grande empecilho para a transformação social, que deve ser a finalidade de todo movimento de trabalhadores do campo e da cidade.

Outra questão que pensamos ser contraditória no movimento da Educação do campo é a questão da cultura camponesa. Há uma confusão referente a isto, deixando a impressão de que a ciência não é importante para o camponês, pois este já possui seu saber, desenvolvido a partir de seu cotidiano, sua cultura. Defendemos que as escolas e a Educação do Campo devem respeitar a cultura camponesa, seu modo de vida, a importância de seu trabalho e seu conhecimento empírico. Contudo é preciso também levar em consideração que apenas a empiria cotidiana não permite ao camponês, ou a qualquer pessoa, elaborar o conhecimento científico.

Por fim, pensamos não ser suficiente mudar a forma de se educar o camponês para que se mude a realidade do campo, ao contrário, a depender da forma poderemos estar adequando-o aos interesses do modo de produção. Por isto a questão da interdisciplinaridade e do ensino por grande área é, a nosso ver, polêmico, pois poderá estar servindo mais para resolver um problema do próprio Estado, do que para elevar culturalmente e cientificamente a compreensão do povo sobre a situação nacional e internacional da luta de classes.

Referências

ARROYO, M. G. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, M. (Org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

CALDART. Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. Trabalho Educação Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

OLIVEIRA, Marcos Antonio de. As bases filosóficas e epistemológicas de alguns Projetos de Educação do Campo: do pretendido Marxismo à aproximação ao Eclétismo Pós-Moderno, 481 f, Tese (doutorado em educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SOUZA, Marilsa Miranda de. O banco mundial e sua hegemonia sobre as políticas educacionais para as escolas do campo na Amazônia. In: Imperialismo e educação do campo. Ed. Cultura Acadêmica: Araraquara: São Paulo, 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira de História da Educação no Brasil (1930/1973). 28ª ed. Vozes: Petrópolis, RJ, 2003.

